

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL SOB A ÓTICA DO DOCENTE INDÍGENA: *ESTUDO EXPLORATÓRIO NUMA ESCOLA INDÍGENA*

EMERGENCY REMOTE TEACHING FROM THE PERSPECTIVE OF INDIGENOUS TEACHERS: EXPLORATORY STUDY IN AN INDIGENOUS SCHOOL

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i2.1178>

Eullir Silva Bento

Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEED/RR
<https://orcid.org/0000-0003-0767-3761>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo evidenciar as dificuldades que professores indígenas enfrentaram para atuar no ensino remoto emergencial em uma escola indígena situada na zona rural do município de Alto Alegre, RR. A problemática que envolve esta pesquisa é da seguinte ordem: Quais as dificuldades que os docentes enfrentam durante o ensino remoto emergencial? A relevância consiste em somar com outros trabalhos científicos que versam sobre o impacto que a pandemia ocasionou para a Educação Escolar Indígena, em especial aos docentes que atuam nela. A metodologia empregada conta com a revisão bibliográfica, abordagem quantitativa do tipo pesquisa de campo com aplicação de um questionário online (Google Forms) aplicado aos professores indígenas da escola pesquisada. No total, 10 docentes da escola participaram, o que ocorreu entre os dias 21 e 25 de outubro de 2020. Assim como os principais desafios encontrados pelos professores, eles falaram sobre: a falta de acompanhamento dos pais e responsáveis pelas atividades assíncronas dos alunos; os docentes indígenas se sentem despreparados para atuar no ensino remoto; adaptar-se a este novo formato de ensino; dificuldades em manusear determinadas tecnologias digitais no ensino remoto; na elaboração de material didático; e atividades assíncronas não realizadas pelos alunos. Em síntese, os desafios que esse ensino remoto emergencial levou para as escolas públicas são grandes, e nas escolas indígenas, são maiores, e em tempo de pandemia, com o isolamento social, o ensino remoto emergencial se fez necessário, porém as escolas, professores e estudantes não estavam preparados para essa situação e todos tiveram que se reinventar para superar mais esse desafio do ensino.

Palavras-chaves: Pandemia do Covid-19. Ensino remoto emergencial. Professores indígenas. Educação Escolar Indígena.

ABSTRACT: This article aims to highlight the difficulties that indigenous teachers faced when working in emergency remote teaching in an indigenous school located in the rural area of the municipality of Alto Alegre, RR. The problem surrounding this research is as follows: What difficulties do teachers face during emergency remote teaching? The relevance consists of adding to other scientific works that deal with the impact that the pandemic had on Indigenous School Education, especially on the teachers who work in it. The methodology used relies on bibliographical review, a quantitative approach of the field research type with the application of an online questionnaire (Google Forms) applied to indigenous teachers at the researched school. In total, 10 teachers from the school participated, which took place between the 21st and 25th of October 2020. As well as the main challenges encountered by the teachers, they spoke

about: the lack of monitoring by parents and guardians for the students' asynchronous activities; indigenous teachers feel unprepared to work in remote teaching; adapt to this new teaching format; difficulties in handling certain digital technologies in remote teaching; in the development of teaching material; and asynchronous activities not carried out by students. In summary, the challenges that this emergency remote teaching brought to public schools are great, and in indigenous schools, they are greater, and in times of pandemic, with social isolation, emergency remote teaching was necessary, but schools, teachers and students were not prepared for this situation and everyone had to reinvent themselves to overcome this teaching challenge.

Keywords: Covid-19 pandemic, Remote Emergency Teaching, Indigenous Teachers, Indigenous School Education.

INTRODUÇÃO

O mundo enfrentou a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que parou diversos segmentos como a economia, mercado de capitais e trânsito de pessoas. É válido ressaltar que o segmento da educação em seu aspecto global foi bastante afetado, a exemplo disso foi o fechamento das escolas pelo mundo afora. Diante desse cenário, os governos orientaram as escolas para adotarem medidas para que os alunos que ficariam sem estudar durante o período de isolamento social pudessem voltar a estudar.

Assim, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente o Novo Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Uma das recomendações dadas pelo órgão foi o distanciamento social e, com isso, o Governo Federal, os Governos Estaduais, o Distrito Federal e os Municípios suspenderam as aulas presenciais nas escolas de Educação Básica e instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, de todo o país (Organização Pan-americana de Saúde, 2020).

Partindo desse contexto, como a educação escolar indígena faz parte da educação básica como uma modalidade de ensino, também foi afetada com essa suspensão das aulas presenciais, adotando posteriormente as aulas não presenciais (Ensino Remoto Emergencial), conforme normas da educação dos órgãos federais (Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Educação – CNE) e órgãos estaduais (Poder Executivo, Secretaria do Estado de Educação e Desporto – SEED-RR e Conselho Estadual de Educação – CEE-RR).

O Estado foi a última unidade da federação a confirmar casos positivos para o novo coronavírus SARS-Cov-2 que causa a doença COVID-19, nesta ocasião foram dois positivos divulgados pela Secretaria

Estadual de Saúde – SESAU, e com isso todas as unidades da federação passaram ter confirmados dessa nova doença (Roraima, 2020b).

A problemática que envolve esse trabalho está na questão: Quais as dificuldades que os docentes indígenas enfrentaram durante o ensino remoto emergencial? Para responder tal questionamento, o objetivo geral foi evidenciar quais dificuldades os professores indígenas enfrentaram numa escola indígena diante do ensino remoto emergencial. Os objetivos específicos que nortearam o trabalho foram: I. Apresentar os aspectos legais na educação básica em tempo em pandemia, além da Educação Escolar Indígena; II. Diferenciar Educação a Distância de Ensino Remoto e III. Analisar as dificuldades que os professores indígenas de uma escola indígena possuíram no período de aulas não presenciais.

A justificativa reside em evidenciar as dificuldades dos docentes indígenas atuando no ensino remoto emergencial durante a vigência da pandemia do COVID-19 durante o ano letivo de 2020 numa escola indígena. Para além disso, contribuir no entendimento de como a pandemia impactou no atuar docente e em especial no processo de ensino e aprendizagem na educação básica.

ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) causou grandes impactos e mudanças no mundo inteiro, no contexto educacional brasileiro não foi diferente. Novos jeitos de ensinar, novos jeitos de aprender, novas formas de mediações, todas essas questões, e outras a mais, exigem mudanças na legislação do país.

O nosso país, com suas diversidades e desigualdades socioeconômicas, têm o desafio de garantir igualdades de condições e oportunidades para todos os seus estudantes, sejam eles de escolas da esfera pública ou privada, ou seja, de todas as etapas da educação básica e superior, além das diversas modalidades existentes na legislação nacional.

É importante destacar, que o modelo de ensino adotado não se enquadra na modalidade de Educação a Distância, pois ações que ocorreriam presencialmente antes da pandemia foram autorizadas

para serem feitas mediadas por meios digitais, excepcionalmente durante o esse período atípico e para esse momento dá-se o nome de atividades não presenciais.

Atualmente, o termo "educação escolar indígena" é usado para distinguir o ensino formal da educação informal que é desenvolvido no processo de socialização tradicional e único para cada povo indígena. Esse conceito soa como direito, caracterizado pela afirmação das identidades étnicas e pela associação necessária entre escola, sociedade e identidade em consonância com os projetos societários de cada povo indígena (Bahia, 2019).

A Educação Escolar Indígena – EEI, por ser uma modalidade de ensino prevista nos dispositivos jurídicos e legislações de políticas educacionais, tem que adequar ao novo jeito de continuar com as aulas do ano letivo, adotando também o Ensino Remoto Emergencial – ERE, como fizeram todas as escolas públicas e privadas brasileiras do nível básico ao superior. Diante disso, houve necessidades e desafios para serem superados nesta modalidade para prosseguir as aulas mediante elaboração de atividades não presenciais para os discentes.

Em sua colaboração ao adentrar na temática da EEI e ERE e seus impactos Farias e Soares (2021) fazem as seguintes considerações

Dentre os inúmeros impactos da pandemia no mundo, como o declínio da economia, a reorganização de espaços públicos, o desemprego e, conseqüentemente, a fome, este trabalho destaca as conseqüências na Educação Escolar Indígena (EEI), que padece de problemáticas tanto quanto ou até mais significativas que a educação fora da aldeia. Nas aldeias indígenas, no que concerne à educação escolar, a problemática da Covid-19 vai além da impossibilidade de aulas presenciais, vai de encontro com a concepção de coletividade, que é um dos principais parâmetros da educação escolar indígena. São questões políticas que também interferem na escolarização (Farias; Soares, 2021 p. 3).

Assim, diferentes normativas foram publicadas de acordo com a realidade e contexto de cada região, estado ou município. Para apresentar um panorama da situação do país, apresentamos no quadro 01 as publicações do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE), além do posicionamento e publicação do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), que representa as secretarias estaduais de educação e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com os representantes das redes municipais de educação.

Quadro 01 – Normas e recomendações sobre o ensino remoto emergencial no Brasil e Roraima

Documentos*	Órgão/Entidade	Assunto
-------------	----------------	---------

Portaria nº 343	MEC	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)
Portaria nº 356	MEC	Autoriza os acadêmicos dos cursos da área de saúde (medicina, enfermagem, farmácia e fisioterapia) a atuarem nas ações de combate à pandemia do COVID-19
MP nº 934	Governo Federal	Flexibilizou em caráter excepcional a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.
Parecer nº 5	CNE	Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.
Parecer nº 9	CNE	Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020. Esse reexame se deu a partir da divulgação de notas técnicas elaboradas pelo Ministério da Educação, tais mudanças são apenas ajustes em alguns pontos, não gerando grandes mudanças no documento.
Portaria 544	MEC	Substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), além de revogar as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.
Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais	CONSED	Os documentos trazem orientações para as redes de ensino e instituições retornarem às aulas presenciais. Lembrando que as aulas presenciais poderão retornar apenas quando houver autorização da esfera de Governo competente, seja no nível Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
Subsídios para a Elaboração de Protocolos de Retorno às Aulas na Perspectiva das Redes Municipais de Educação	UNDIME	
Decreto nº 28.663-E	Poder Executivo Estadual	Autoriza o retorno das aulas dar-se-á no dia 06 de abril de 2020, na modalidade não presencial, com a utilização de metodologias e ferramentas diversas, de forma a possibilitar

		a continuidade do calendário escolar.
Resolução nº 07	CEE – RR	Normatiza o regime especial de aulas não presenciais para o Sistema Estadual de Ensino do Estado de Roraima.
Parecer nº 12	CEE – RR	Flexibilização os dias letivos no âmbito da rede pública de ensino roraimense.
Portaria nº 1123	SEED-RR	Suspende temporariamente as atividades pedagógicas não presenciais no âmbito da rede pública de ensino de 1º a 30 de setembro.
Portaria nº 1239	SEED-RR	Prorroga a suspensão por mais 15 dias contados do fim da validade da portaria nº 1123 da SEED-RR.

*Todos os documentos foram publicados no ano de 2020.

Fonte: MEC, Governo Federal, Governo Estadual, UNDIME, CNE, CEE-RR, SEED-RR, CONSED (2020).

Portanto, esses dispositivos desde o começo da pandemia suspenderam temporariamente as aulas presenciais e posteriormente a adoção de aula remotas para que os educandos não fossem impactados em seus estudos. Além disso, houve decisões pós pandemia com recomendações e critérios para o retorno das aulas presenciais depois de quase três anos de ensino remoto emergencial.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA X ENSINO REMOTO: TERMOS SINÔNIMOS?

Naquele período de ensino remoto, ou seja, em que as aulas presenciais foram suspensas e substituídas por aulas não presenciais, professores da rede pública de ensino tiveram que se adaptar a esse novo jeito de ensinar. Mas esses professores têm uma dificuldade em saber diferenciar o que é Educação a Distância - EaD do Ensino Remoto Emergencial. Muitas vezes eles confundiam esses termos pois apesar de serem semelhantes, não são sinônimos. Neste trabalho, analisaremos cada um destes termos. Assim de acordo com Behar (2020):

O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto que estamos vivendo, clarificar estes conceitos. O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (Behar, 2020, s.p).

Por Educação à Distância - EaD, trazemos a definição do Sistema de Apoio ao Ensino - SAE (2020), que nos diz ser uma modalidade de ensino que possui uma estrutura política e didático-pedagógica completa, procurando englobar de maneira flexível toda uma gama de conteúdos e atividades para cada disciplina, de acordo com objetivos e características dos conhecimentos e das habilidades gerais, específicas e socioemocionais orientadas pelos órgãos diretivos da Educação no país, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O conceito de EaD no Brasil encontra-se no Decreto 9.057/2017 em seu Artigo 1º:

Para fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, s/p).

Essa modalidade é pensada e projetada para oferecer todo o suporte necessário de atendimento ao processo de aprendizagem, como videoaulas, tutores com disponibilidade em horários flexíveis, fóruns de discussão, atividades em formatos variados, ambiente virtual de aprendizado e outros recursos tecnológicos que favoreçam o ensino a distância mesmo a médio e longo prazos. Enquanto o Ensino Remoto Emergencial – ERE é um ensino que preconiza a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial. O que significa de modo geral manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades (Sistema de Apoio ao Ensino Digital, 2020).

A instituição de ensino pode, por exemplo, criar turmas específicas com atividades remotas, desde que seja respeitado todo o planejamento de conteúdo e carga horária contratado. Adaptações podem e devem ser feitas para adequar a forma de apresentação das disciplinas, mas de maneira geral é seguindo o que foi pensado para o ensino presencial.

A partir dessas premissas, a demanda tecnológica das aulas remotas é menor, sendo possível adotar aplicativos e serviços abertos e genéricos de comunicação e interação, como Zoom, Skype, Google Meet – embora existam soluções específicas de sala de aulas virtuais, como é o caso do Google Classroom, Moodle, que além das transmissões ao vivo, permitem a disponibilização de gravações de atividades complementares.

Corroborando com essa discussão Joye, Moreira e Rocha (2020) ao discutirem se esses termos são os mesmos ou se há diferenças, essas autoras concluem que:

[...] podemos perceber que a EaD é uma modalidade de ensino complexa e que tem uma legislação própria. Conta com diversas equipes qualificadas, desde a parte administrativa até a de produção de material didático e a mediação docente sendo mediada pelo uso da tecnologia. [...] as atividades educacionais remotas emergenciais estão em alta por conta da pandemia da COVID-19. Esse tipo de atividade não tem legislação própria, assim como não é uma modalidade de ensino. O professor tem o papel de transmitir o conteúdo, tendo suas funções limitadas ao esclarecimento de dúvidas usando o mais variado tipo de recursos desde cópias impressas, uso de televisões educativas, redes sociais [...]. De modo geral, à luz do que foi apresentado até aqui, percebemos que as diferenças são gritantes nos dois modelos. Um se destina a algo emergencial, sendo feito, portanto, na base do improvisado, e o outro é com planejamento e metodologias específicas, com pesquisas consolidadas por centros de pesquisas acadêmicas (Joye; Moreira; Rocha, 2020, p. 23).

Assim, em síntese, a Educação à Distância é uma modalidade de ensino que conta em lei infraconstitucional e tem suas características próprias de ensino, aprendizagem, metodologias e avaliações. Enquanto o Ensino Remoto é uma adequação da aula presencial transposto para o online, que até pode ter semelhanças com a EaD, porém nunca será aquela modalidade, visto que esse último foi adotado de forma excepcional para as aulas pudessem ocorrer nesse período de pandemia.

METODOLOGIA

Para esse trabalho, num primeiro momento, foi feito uma pesquisa bibliográfica na base de dados do Google Acadêmico com a seguinte palavra-chave: “educação básica e ensino remoto”, a qual obteve como resultado dezenas de artigos, porém utilizou-se para esse trabalho apenas 05 daquele universo pesquisado e que contribuíram para sustentar teoricamente esse trabalho, visto que naquele período em que havia pouca produção ao tema em questão. Assim buscou-se através desses artigos científicos as bases teóricas sobre a educação básica e ensino remoto. Em Gil (2002, p. 44), podemos encontrar o conceito desse tipo de pesquisa, a qual ele menciona ser “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Neste caso, utilizou-se de levantamento do tipo de mapeamento para as referências.

Num segundo momento utilizou-se a pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2003) nos lembra que esse tipo de pesquisa consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o

delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos. Para isso, foi elaborado um questionário online (Google Forms) para a coleta de dados aplicado à 15 professores de uma escola pública indígena situada na zona rural do município de Alto Alegre, RR. Dessa população apenas 10 professores responderam e 5 professores não responderam ao questionário. É válido ressaltar que esse questionário continha perguntas abertas e fechadas para que os docentes pudessem responder e/ou marcar as opções de acordo com seu entendimento. A coleta dos dados foi de forma remota, ou seja, não presencial visto que estávamos em pleno distanciamento social ocasionado pela pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-19) e que ocorreu no período de 21 a 25 de outubro de 2020.

Para análise de dados coletados, utilizou-se o procedimento estatístico, pois foram utilizados gráficos para tornar mais bem visualizado o resultado da pesquisa. Assim, pode ter esse caráter, podemos enquadrá-la na abordagem quantitativa. É válido destacar a participação dos professores que se deu pela sua vontade própria e esta não foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP, visto que os formulários foram enviados aleatoriamente.

A pesquisa foi realizada com os professores indígenas da Escola Estadual Indígena Antônio Dias de Souza Cruz que se localiza na Comunidade Indígena Pium/Terra Indígena Pium, região do Taboio, município de Alto Alegre – RR. Na comunidade vivem o povo das etnias Macuxi, Wapichana e Sapará, com uma população estimada em 450 pessoas, e na escola atende 182 alunos (ano letivo de 2020) distribuídos no Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

DESAFIOS APRESENTADOS PELOS DOCENTES NO PERÍODO DO ENSINO REMOTO

Nesta seção serão apresentados os principais resultados da pesquisa, pois será feita uma discussão referente às dificuldades desses professores frente ao ensino remoto na sua escola e suas possíveis implicações para o ensino e aprendizagem.

Antes de abordar as dificuldades que os professores indígenas enfrentam no período de ensino remoto emergencial de não terem aulas presenciais, iremos descrever o perfil desses docentes participantes. A faixa etária verificada abrangeu dos 28 aos 54 anos de idade. Com relação aos anos de docência, eles tinham de 4 a 26 anos de experiência na educação escolar indígena. Em relação ao nível de

atuação na educação básica, tivemos o seguinte resultado: 40% atuam no Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio ao mesmo tempo; 30% atuam somente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais; 20% somente nos Ensino Fundamental – Anos finais e 10% atuam somente no Ensino Médio. Podemos ver essa descrição no quadro a seguir.

Quadro 02 – Perfil docente.

Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
28 – 41	05	50%
42 – 54	05	50%
Total	10	100%
Anos de docência	Quantidade	Porcentagem
1 – 10	07	70%
11 – 20	01	10%
21 – 30	02	20%
Total	10	100%
Etapa da educação básica	Quantidade	Porcentagem
Somente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais	4	40%
Somente Ensino Fundamental – Anos Finais	3	30%
Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio	2	20%
Somente Ensino Médio	1	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao analisar esse perfil docente é possível mencionar que eles possuem experiência docente no que se refere à educação escolar indígena. O que confere a pesquisa grau de segurança para que as respostas possam evidenciar as dificuldades desses professores nesse período de ensino remoto. Ainda sobre este assunto, os professores pesquisados encontram-se distribuídos em todas as etapas da educação básica que a escola oferece: Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio.

Quanto às questões que versaram sobre o ensino remoto na escola escrita, podemos visualizar nos quadros 03 e 04, os resultados para as questões respondidas pelos docentes. No quadro 03, mostramos o

resultado da pergunta que versamos sobre a experiência em ministrar aula online: 9 responderam que não, apenas 1 afirmou que já tinha ministrado.

Quadro 03 – Experiência docente em ministrar aula online.

Variável	Quantidade	Porcentagem
Não	9	90%
Sim	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Esses dados indicam que esses professores não têm experiência com a modalidade de ensino denominada Educação a Distância, visto que para atuar no ensino remoto requer habilidades para com o uso de Tecnologias Digitais – TD, e isso interfere muito nos resultados que serão apresentados no decorrer deste trabalho. Em sintonia com essa questão, podemos ver no quadro 04 o resultado para a pergunta não qual tinha o objetivo de saber se os professores tiveram formação inicial ou continuada para atuar no período de ensino remoto, pelos dados obtidos 100% deles afirmaram que não.

Quadro 04 – Teve formação inicial ou continuada para atuar no ensino remoto.

Variável	Quantidade	Porcentagem
Não	10	100%
Sim	--	--
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao analisar essas questões, é possível mencionar que esses professores não têm experiência em aulas online e muito menos foram feitos cursos de capacitação por parte dos órgãos competentes através de formação continuada para atuar nesse novo formato de ensino. É válido ressaltar que tiveram orientações gerais para as aulas não presenciais, mas só isso não foi suficiente para atuar nestes no período remoto.

Quando questionados sobre a forma de disponibilização do material de estudo para os seus alunos no período de aulas não presenciais, todos marcaram a opção de meio de material ou apostila impressa. Apesar da pergunta conter opções para serem marcadas sobre o meio de disponibilização como: Classroom,

Moodle e outras fontes digitais, principalmente nas redes sociais (WhatsApp, Messenger), estas não foram assinaladas.

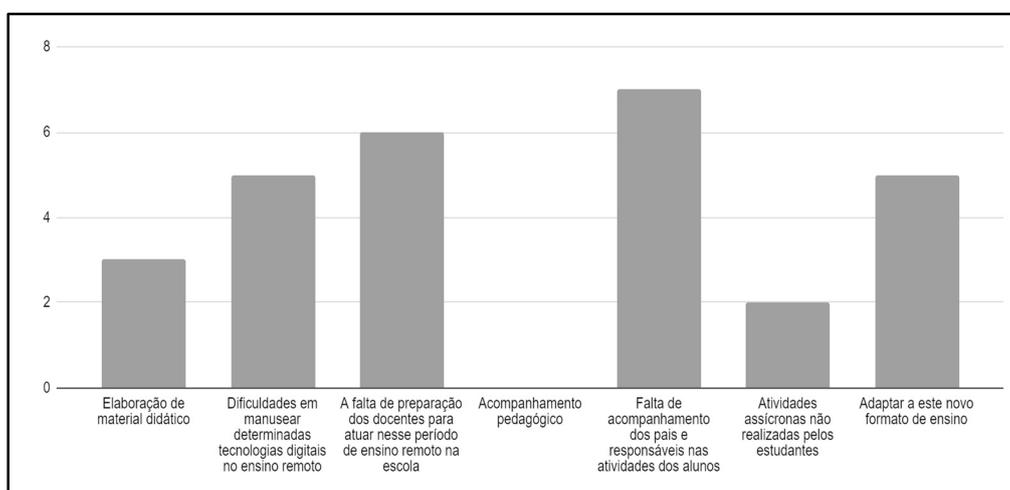
O principal motivo para que os professores adotem o material impresso e não o formato digital para disponibilizar os conteúdos em suas aulas é questão relativa a habilidades com uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC e o acesso à internet na comunidade indígena, que ainda é insuficiente e nem todos os alunos a têm, mas isso já vem sendo mudado, visto que algumas famílias já colocaram essa tecnologia em suas casas via rádio.

Sobre essa questão, Gomes e Gomes (2020, p.7) corroboram ao afirmar que:

[...] os professores têm a educação remota como desafiadora uma vez que não dispõe de quadro branco, mesa digitadora e/ou computadores, câmera, microfone entre outros recursos para a realização das aulas, alguns não dispõem de internet por morar em uma região da aldeia que não tem acesso à rede de internet. Outro aspecto é a formação que nem todos tiveram uma formação para uma educação digital, e nem para uma educação à distância.

Na última pergunta em que foi feita para os professores indicarem que os desafios eles estavam enfrentando no atual cenário de aula não presenciais para sua prática docente, a figura 01 mostra os desafios que esses professores elencaram para sua prática docente, a saber: falta de acompanhamento das atividades assíncronas pelos pais e responsáveis dos alunos (7 marcações); a falta de preparação docente para atuar nesse período de ensino remoto (6 marcações); adaptar ao novo formato de ensino e dificuldade em manusear determinadas tecnologias digitais no ensino remoto (ambos com 5 marcações); elaborar material didático (3 marcações); e as atividades assíncronas não realizadas pelos alunos (2 marcações).

Figura 01 – Desafios apontados pelos professores indígenas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao apontar as principais dificuldades com relação ao ensino remoto, os professores recaem principalmente na falta de acompanhamento das atividades pelos pais e responsáveis dos educandos, ou seja, nesse período essa ajuda deles foi essencial durante o estudo assíncrono, pois os alunos necessitavam disso para desenvolver as leituras propostas e atividades das variadas disciplinas da grade curricular na escola de redação. É válido ressaltar que os pais não têm o hábito de acompanhar seus filhos antes da pandemia, isso se agravou neste período atípico de ensino remoto.

Diante dessa falta de acompanhamento, o aprendizado do aluno fica prejudicado, visto que o docente não está presente para intermediar esse processo. Nesta perspectiva, o papel do professor é essencial, a falta de orientação qualificada por parte do docente pode ser obstáculo para o processo de aquisição do conhecimento científico por parte do aluno. A superação disso é essencial que na visão de Gaston Bachelard, é transpor o chamado obstáculo epistemológico na sala de aula.

Por obstáculos epistemológicos, Sousa (2018, p. 63) diz que são:

[...] contra pensamentos, que se disfarçam no inconsciente dos sujeitos e, por se basearem nos dados do sentido e em uma apreensão superficial/acrítica sobre um real aparente, tendem, então, a se manifestarem decisivamente para mascarar o processo da ruptura entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, bloqueando e causando a inércia do pensamento. Esses são frutos da atividade afetiva do sujeito e de suas subjetividades, dificultando o contato com o conhecimento objetivo.

Com sua contribuição Sousa e Martins (2020) asseveram que a atividade de ensinar é, para Bachelard, a capacidade discursiva que o ato de aprender representa no plano dialógico do ensino no racionalismo docente, o que exige o polo do aprender, uma vez que o professor só terá ressonância da aprendizagem do aluno quando este for capaz de ensinar o que aprendeu. Assim, a importância da participação ativa do professor para além do aprendizado do aluno e se não há a presença do professor, esse obstáculo não é superado e conseqüentemente o conhecimento científico não é construído nesse período de ensino remoto.

Os professores indicaram como sendo o segundo desafio encontrado por eles, referindo-se à questão da formação para atuar no ensino remoto e que, infelizmente, não ocorreu antes de se ter aulas não presenciais. A formação continuada do docente para atuar nas aulas online ou impressas era essencial para as práticas docentes pois visava, naquele momento, oferecer um olhar crítico para as atividades desenvolvidas nas aulas não-presenciais e um aprendizado significativo aos alunos no tempo de pandemia.

Neste sentido, a terceira posição de marcações referentes aos desafios do ensino remoto que os professores indicaram versou sobre as habilidades dos professores com relação as TDIC e sua adaptação a esse novo formato de ensinar os alunos. Lembramos, que para o professor saber utilizar as tecnologias digitais e desenvolver certas potencialidades, necessita se qualificar mediante a utilização de bases sólidas com relação a sua utilização dentro e fora da sala de aula. Por outro lado, adaptar a esse novo cenário de educação também foi apontada como sendo um desafio para o docente frente a aulas não presenciais.

Sobre essa questão de os professores terem dificuldades com relação no uso das TDIC no âmbito da sua prática docente, Bento (2023), em seu trabalho, tece as seguintes considerações sobre a temática discutida:

[...] desafios para inclusão dessas tecnologias nas práticas dos professores indígenas perpassa pela formação inicial ou continuada dos mesmos, pois é na formação que se tem uma base teórico-prático, principalmente em disciplinas que abordam essas as diversas tecnologias na educação, a fim que quando forem exercer sua docência saibam como utilizar esse recurso adequadamente, e isso foi apontado pelos professores como sendo o principal obstáculos para incluí-las em suas práticas docentes (Bento, 2023, p. 45-46).

Se as dificuldades já se mostravam pertinente para a inclusão de tecnologias no âmbito educacional com o advento da pandemia, elas tornaram-se maiores e se agravaram, pois como há necessidade em manusear determinadas tecnologias para serem empregadas nas aulas remotas, não foi possível usá-las pois as habilidades eram insuficientes naquele momento.

Corroborando com a discussão, destacamos as contribuições de Leite, Lima e Carvalho (2020, p. 12) que em seu trabalho apresentam os seguintes problemas:

Dentre os problemas apontados pelos professores na realização das aulas remotas, no contexto da pandemia, as mais relevantes (considerando que era possível escolher mais de uma opção) foram que 86,1% declararam ser a falta de domínio do professor com as tecnologias; 80,6% concordaram ser a formação para o desenvolvimento de atividades remotas; 80,2% afirmaram ser a estrutura em casa, no que se refere aos equipamentos, conexões, organização familiar; 65,1% responderam que falta material adequado para o desenvolvimento de atividades remotas; 48,4% afirmaram ser a sobrecarga de trabalho, sem a remuneração adequada; 22,6% apontaram que o ensino remoto não é eficiente; e 23% afirmaram que não há poder decisório na construção de alternativas para as aulas remotas.

Diante do exposto, o resultado apresentado foi possível tecer análises dos conteúdos oriundos da pesquisa realizada como, por exemplo, a falta de preparo dos professores da escola indígenas estudada para

dar aula nesse novo formato de ensino, sua adaptação como obstáculos para o seu fazer docente neste período de pandemia. Ressaltamos que estes são resilientes pois foram em busca de meios para que os educandos indígenas não ficassem desassistidos no período de aulas não presenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 ocasionou na sociedade muitos prejuízos, nos diversos setores que constituem as nações, foram fortemente impactados, a educação foi uma delas. Em especial, a educação escolar indígena, que é uma modalidade de ensino presente na educação básica, também foi afetada com a suspensão de aulas presenciais para o ano letivo de 2020, ampliada pelas aulas não presenciais, ou seja, pelo Ensino Remoto Emergencial.

Esse ensino remoto, ao adentrar nas comunidades indígenas, em especial nas escolas indígenas, agravou ou evidenciou o que estava há muito tempo não visto, que é o uso das tecnologias digitais na educação indígena. Pelo que foi constatado na pesquisa, a maioria dos professores não tinha experiência em ministrar aula online. Assim, apesar disso, não receber formação adequada para atuar nessas aulas não presenciais, o que poderia oferecer bases para sua atuação no desenvolvimento das atividades, dificultou o atuar docente no período das aulas não presenciais.

Os desafios que esse ensino remoto emergencial levou para as escolas públicas são grandes, para as escolas indígenas, maiores, e em tempo de pandemia, com o isolamento social, o ensino remoto se fez necessário, ou seja, se a educação básica tinha sérios problemas, estes se agravaram e, além de outros, com o afloramento daqueles que estavam latentes e submersos, aparecendo como podemos destacar: falta de capacitação dos docentes, das infraestruturas digitais e seu acesso a elas. Assim, as escolas, professores e estudantes indígenas, estes não estavam preparados para esse novo desafio, e todos tiveram que se reinventar para superar mais esse desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância, **Jornal da UFRS**, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>> Acesso: 12 out. 2020.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Educação Escolar Indígena**. Salvador, 2019. Disponível em: <<https://escolas.educacao.ba.gov.br/escolarindigena>> Acesso em: 15 jul. 2024.

BENTO, Eullir da Silva. Integração das TICs no âmbito das práticas pedagógicas de professores indígenas: um estudo exploratório. **Revista EDaPECI**, vol. 23, n. 2, mai./ago. 2023. São Cristóvão (SE), p. 34 – 47. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/18359/14535>> Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL, **Decreto 9.057/17 que regulamenta o artigo 80 da Lei nº9.394/96**. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm> Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm> Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 356, de 20 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-mec.htm#:~:text=PORTARIA%20n%C2%BA%20356%2C%20DE%202020,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm> Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 5 de 28 de abril de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 9 de 08 de junho de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes para Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais**. Junho, 2020. Disponível em: < <https://www.consed.org.br/storage/download/5eea22f13ead0.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2024.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maya; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, 9(7): 1-29, 2020.

FARIAS, Carmélia Gonçalves de; SOARES, Eliane Pereira Machado. Os impactos da covid-19 na educação escolar indígena no sudeste paraense. **Revista SocioDialeto – NUPESD/LALIMU**. Vol. 12, nº 34. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Leonardo Cinésio; GOMES, Iranilda Cinésio. Ensino Remoto desenvolvido em escolas indígenas potiguaras da Paraíba. In: **V Congresso sobre Tecnologias na Educação**. João Pessoa: PB, 2020.

LEITE, Nahara Moraes; LIMA, Elidiane Gomes Oliveira de; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Os professores e o uso de tecnologias digitais nas aulas remotas emergenciais, no contexto da pandemia do Covid-19 em Pernambuco. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana** – vol. 11 – número 2 – 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. Washington, D.C. 2020. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>> Acesso em: 01 set. 2020.

RORAIMA. **Resolução nº 07/2020 do Conselho Estadual de Educação**. 2020a.

RORAIMA. **Parecer nº 12/2020 do Conselho Estadual de Educação que flexibiliza dos dias letivos**. 2020b.

RORAIMA. **Decreto nº 28.663/2020 do Poder Executivo que declara estado de calamidade pública para fins de prevenção e de enfrentamento da COVID-19**. 2020c.

RORAIMA. **Portaria nº 1123/2020 da Secretaria de Estado da Educação e Desporto que suspende temporariamente as atividades pedagógicas não presenciais no âmbito da rede pública de ensino de 1º a 30 de setembro**. 2020d.

RORAIMA. **Portaria nº 1239/2020 da Secretaria de Estado da Educação e Desporto que prorroga a suspensão por mais 15 dias contados do fim da validade da portaria nº 1123 da SEED-RR**. 2020e.

SISTEMA DE APOIO AO ENSINO DIGITAL. **O que são aulas remotas?** Disponível em: <<https://sae.digital/aulas-remotas/>> Acesso em: 01 set. 2020.

SOUSA, Tairone Lima de. **Gaston Bachelard e educação**. 187 p. dissertação de mestrado (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

SOUSA, Tairone Lima de; MARTINS, André Ferre Pinto. Gaston Bachelard e educação: por uma pedagogia da formação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, vol.27, n.1 jan./mar. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Subsídios para a elaboração de protocolos de retornos às aulas na perspectiva das redes municipais de educação**. Disponível em:<https://undime.org.br/uploads/documentos/php7us6wi_5ef60b2c141df.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024.